

1 **Plenária dia 19/05/2005 Ata nº 10**

2
3 **ATA nº 10/2005 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

4
5 Aos dezenove dias do mês de maio de 2005, as 19:15 hs, tendo por local o Auditório da
6 Secretaria Municipal de Saúde, na Av. João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária do
7 Conselho Municipal da Saúde, com a seguinte Pauta: 1)Acolhimento, 2)Apresentação,
8 3)Leitura da Ata 09/05-Resumida, 4)Informes, 5)Convites, 6)PAUTA: a)Pareceres 16, 17, 18,
9 19, e 20/05 Setec, b)PPI-2005 CGVS, c)Regimento Comissão Fiscalização, d)Retorno
10 CAPS/AD. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: 1)Nei Carvalho, 2)Oscar Paniz,
11 3)Filamar Marley dos Santos, 4)Darcy Vilanova Azevedo, 5) Riograndino de Oliveira, 6)
12 Ione Terezinha Nichele, 7)Deoclides de Almeida, 8)Zilda de Moraes Martins, 9)Maria
13 Encarnacion Ortega, 10)Elen Maria de Borba, 10)Ana Maria Cirne, 11)Luciana Zanetti, 12)
14 Sérgio Marques, 13) Mariza de Fátima O N Waschburger, 14)Sandra Lúcia Santos
15 Medeiros, 15)Regina Rigatto Witt, 16)Sandra Mello Perin, 17)Paula Andreia Fiori, 18)Ana
16 Maria Moreira, 19)Maria da Graça Labrea, 20)Isis Azevedo da Silveira, 21)Vera Lúcia Pasini,
17 22)Cláudia Feldmann, 23)Alair Rosinete da Silva, 24)Jairo Tessari, 25)Alcides Possobon,
18 26)Roger dos Santos Rosa, 27)Izolda Machado Ribeiro, 28)Marcia Nunes. Os Conselheiros
19 Suplentes presentes eram: 1)Cleonice Burtet Silveira, 2)Valdir Nunes Gomes, 3) Maria
20 Letícia de Oliveira Garcia, 4)Ernani Tadeu Ramos, 5)Humberto José Scorza, 6)Maria Geneci
21 Macedo da Silveira, 7)Hélio Simão, 8)Antonia da Silva, 9)Raul Martins. Justificaram suas
22 ausências, Darci Dias, Rosana Soeibelman Glock, Maria Helena França. O Sr, Coordenador,
23 NEI CARVALHO, encaminha então proposta de alteração de Pauta, fazendo com que os
24 informes sejam apresentados após a Pauta principal. A Plenária é consultada e aprova a
25 proposta. Inicia então a Sra. ELEN BORBA, Coordenadora da Setec a leitura dos Pareceres.
26 **PARECER 17/05-SIFAB**(Sistema de Informações da Farmácia Básica) sobre primeiro
27 trimestre de 2005, com recursos Federais, Estaduais e Municipais. O recursos Federais
28 foram do mês de jan/05, no valor de R\$115.287,83. Mês de Fev/05, no valor de R\$
29 115.287,83. Os recursos Estaduais só foram referentes ao mês de jan/05 no valor de R\$
30 224.811,28 e os recursos Municipais foram referentes apenas ao mês de mar/05, no valor de
31 R\$ 193.836,9l. **PARECER 18/05-IPPAD**(Instituto de Prevenção e Pesquisa em Álcool e
32 Outras Dependência) ref. Segunda fase do PROGRAMA A NOTA É MINHA, com recursos
33 da Secretaria da Fazenda do Estado. **PARECER 019/05-IPPAD**(Instituto de Prevenção e
34 Pesquisa em Álcool e Outras Dependências) referente a terceira fase do PROGRAMA A
35 NOTA É MINHA, no valor de R\$ 9.930,39 com recursos da Secretaria da Fazenda do
36 Estado. **PARECER 19/05-IPPAD**(Instituto de Prevenção e Pesquisa em Álcool e Outras
37 Dependências, referentes a quarta fase do PROGRAMA A NOTA É MINHA, no valor de R\$
38 9.930,39 com recursos da Secretaria da Fazenda do Estado. Após a leitura, com parecer
39 favorável da Setec, são colocados em votação, sendo aprovados por 26 votos favoráveis,
40 nenhum contrário e nenhuma abstenção. Encaminha então o Sr. Coordenador para a
41 segunda pauta, que é a PPI-2005/PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA para 2005 da
42 Vigilância Sanitária, que será a apresentada pela Dra.. DENIZE AERTZ, Coordenadora da
43 Vigilância. Esta, antes de iniciar sua apresentação, solicita e registra a presença de parte da
44 Equipe da CGVS.(A descrição por escrito da PPI-2005 está anexada à Ata principal) Dra.
45 DENIZE faz então sua apresentação. Inicia com uma síntese das atividades e tarefas da
46 Vigilância e posteriormente apresenta os Parâmetros de Acompanhamento de Vigilância em
47 Saúde e descreve, de forma resumida, o Plano de Aplicação de Recursos Humanos/2005
48 em pessoal, material de consumo, Serviços de Terceiros, pessoa Física e Jurídica. Além de

49 Despesas de Capital em Obras Civis, Equipamento, Material permanente, num total de R\$
50 3.856.596,74. No decorrer de sua exposição, a Dra. DENIZE faz alguns comentários em
51 relação a temas com grande importância. O Coordenador abre então para perguntas que
52 são respondidas pela Sra. DENIZE. Comenta ela, que a maior causa de Notificação de
53 Programa de Saúde no ano de 2004, é a mordedura . Então se juntar todas as outras
54 doenças, é a mordedura que dá de dez a zero. Se nós não tivermos uma ação de vigilância
55 nos animais, não só estaremos expondo a população a lesões que podem ser definitivas, a
56 morte e no extremo, ter novamente em circulação o vírus da raiva entre os humanos. O vírus
57 está aí. Está nos morcegos. Não está os cachorros e por isso precisamos fazer esta coisa
58 chata, que é mandar todo o mês a cabecinha dos cães, para a Fiocruz poder avaliar.
59 Responde também sobre a Paralisia Flácida, que é quando o rosto fica solto. O vírus da
60 Poliomielite pode dar esta manifestação. Nós temos que investigar, pois este vírus está
61 sendo considerado erradicado, mas temos que ficar de olho, para ver se está mesmo
62 erradicado. É por isso que quando temos na cidade um grande fórum mundial, a CGVS
63 trabalha duro para não deixar entrar doenças que são tão importantes. Sobre a Sala de
64 Eutanásia, Dra. DENIZE confirma que ela é praticada sim. A população pede o recolhimento
65 dos animais machucados, abandonados, politraumatizados, na rua. A população leva para lá
66 animais que estão morrendo, pois elas não querem matá-los ou pagar alguém para fazê-lo.
67 Existe uma Lei Municipal que obriga a CGVS a recolher estes animais e que faça a
68 eutanásia. Para ela, esta Lei é um absurdo, pois desresponsabiliza muitas famílias, da
69 guarda responsável de seus animais. Fazemos sim eutanásia, em animais agressores.
70 Sobre o Solarium, é o local onde os animais vão tomar sol. Quando há necessidade de lavar
71 e higienizar os canis, os animais se molham e precisam após se secarem, apanhando sol
72 em um outro espaço. Quando estão sob a guarda da Prefeitura, precisam ser bem tratados.
73 Sobre os ratos, são uma verdadeira desgraça. Para todo mundo é um problema, mas para o
74 Ministério da Saúde não e é por isso que deste dinheiro aqui apresentado não podemos
75 comprar o veneno parafinado, que tem que ser pago pelo Gestor Municipal, que agiu super
76 rápido e já está chegando, pois sabemos que foi empenhado o dinheiro para a compra
77 desse veneno. Assim quando chegar o veneno, reiniciaremos a desratização. Responde à
78 Conselheira ZILDA, a Dra. DENIZE, sobre os Conselhos Distritais. Diz que em março, ela e
79 a MARLA, numa primeira reunião no Conselho Municipal de Saúde, se apresentaram e
80 disseram que queriam estar junto aos Conselhos Locais e Distritais. Então vocês
81 conselheiros podem agendar reunião, que nos faremos presentes, pois o nosso objetivo é
82 nos apresentar, dizer o que fazemos e ouvir as demandas e fazer um Planejamento de
83 Ações , conjuntamente. Fala a Dra. DENIZE, sobre grandes animais, questionada pela
84 Conselheira MARIZA. Diz que no momento está se vivendo um grande problema pois a
85 Empresa conveniada com a CGVS mudou de endereço e de instalações e as instalações
86 disponíveis deixam de atender as especificações do Convênio. Eles não têm mais baias.
87 Locais para ficarem os animais apreendidos. Então o MARCELO está gerenciando com
88 outras Secretarias, pois não existem neste momento nenhum local, nenhum
89 estabelecimento, nenhuma Empresa, que preste este serviço, para que possamos contratar.
90 Estamos tentando a EPTC, para ter algum tipo de ajuda. Sobre taxas, MARIZA, como este
91 serviço está com todos estes problemas, este ano ainda não tivemos arrecadação O Sr.
92 LABATUT questiona sobre o alto índice de casos e Tuberculose na região da Vila Pinto e
93 quer saber se há o reforço ou a segunda dose da vacina BCG. Diz a Dra. DENIZE que a
94 preocupação é importante, mas infelizmente não há a segunda dose desta vacina, o que
95 significa que a maioria de nós aqui presentes, temos todos a presença do Bacilo da
96 tuberculose, mas está inativo, porque o, nosso organismo, naquela vez que a gente teve
97 contato fez uma defesa. O que acontece? Quando uma pessoa adoece por uma outra

98 causa,ou quando ela fica desnutrida, nossa imunidade baixa e este bacilo, que é muito forte,
99 se manifesta novamente. A tuberculose voltou sim a ser um problema importante na nossa
100 cidade. Ela não está controlada. O Ministério da Saúde preconiza que a gente tenha 75% de
101 cura de tuberculose e agente tem por volta de 60% a 70%. Porque isto aconteceu? Porque
102 ela apareceu no nosso grupo mais vulnerável, que são as pessoas de HIV positivo. Estas
103 pessoas, com a imunidade mais deprimida, são os candidatos a tuberculose. Sobre a
104 meningite, questionada pela ZILDA, diz a Dra. DENIZE, que ela é uma endemia em POA.
105 Tem meningite sempre. Toda semana a gente investiga algum caso. O Conselheiro
106 HUMBERTO solicita algumas explicações ou esclarecimentos sobre os morcegos. Sobre a
107 quantidade destes na Cidade Baixa. Pergunta se tem algum modo de fazer controle. Se
108 manifesta o HUMBERTO sobre a tuberculose. Cita o caso de uma pessoa que está fugindo
109 do tratamento desta e do HIV. Esta residindo com uma família, com muitas pessoas e
110 certamente contaminando a todos, principalmente as crianças. Pergunta ele se há
111 como,legalmente, o Poder Público obriga-lo a se internarem um hospital. Se manifesta a
112 Dra. ELAINA FERREIRA, com relação a participação dos funcionários nas reuniões do
113 Controle Social. Diz que como Gerente Distrital quer deixar claro que não há restrição
114 alguma à participação dos funcionários em qualquer reunião dos Conselhos Locais ou
115 Distritais. Lê um documento, onde deixa claro que somente quem faz parte destes
116 Conselhos terá direito a compensação do horário, pela participação nestas reuniões.
117 Reconhece na nota a importância da participação de todos os trabalhadores, na medida de
118 suas possibilidades. Portanto, diz a Dra. ELIANE, esta determinação está por escrito, para
119 deixar clara a posição daquela Gerência, seguindo orientação do Gestor. Cita um exemplo
120 de funcionária que teria em haver 192 horas, ou seja, se quisesse ficar 3 meses parada,
121 poderia,pois isso foi aprovado e assinado pela Gerente, que a antecedeu. Entende a Dra.
122 ELIANA que os trabalhadores tem a obrigação de atender a população e isto não pode ser
123 interrompido a qualquer momento., por algum pretexto. Volta a Dra. DENIZE, respondendo
124 sobre os morcegos, dizendo que estes gostam sim de frutinhas e não tem o menor interesse
125 por nós. Eles não querem nos morder. O que acontece é que as vezes, quando
126 encontramos um animal caído e mexemos nele, sem cuidado, se cortando, se arranhando,
127 podemos inocular o vírus da raiva. Deixa claro que não existe estudo nenhum neste
128 momento quando isto acontece. Da mesma forma, que mexer em uma colônia de morcegos
129 a gente não sabe o que fazer. Diz que foi chamada uma especialista em morcegos da PUC
130 e se formou um grupo na CGVS, para estudar como agir. Lembra que os morcegos são
131 animais protegidos por Leis Ambientais e não podem ser exterminados simplesmente.
132 Reforça o Dr.MARCELO VALLANDRO, que o objetivo do grupo de estudos é buscar
133 soluções para estes casos das colônias e os citados do bairro Cidade Baixa, que é muito
134 comum na cidade. Diz que é algo preocupante, mas está sendo monitorado. Para terminar,
135 Dra. DENIZE responde ao HUMBERTO, dizendo que a CGVS tem sim poder de polícia, mas
136 que tem muita resistência em exercer este tipo de poder. O que tem ser feito e aproximar-se
137 do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares, que tem nos auxiliado a resolver questões.
138 No caso apresentado, o melhor é, particulariza-lo e buscar a melhor solução. Encerrada a
139 participação da Dra. DENIZE AERTZ, o Sr. Coordenador NEI encaminha a apresentação,
140 ou, leitura do parecer da Setec, o que é feito pela Sra. ELEN BORBA. PARECER 016/05
141 referente PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA de 2005 da CGVS, no valor de
142 R\$3.856.596,74 . A Secretaria Técnica deu seu parecer favorável. É encaminhado então
143 para a votação da Plenária, que o aprova com 27 votos favoráveis, nenhuma abstenção e
144 nenhum voto contrário. Passa o Sr. Coordenador ao segundo ponto de Pauta, que é a leitura
145 do REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO. Diz o Sr. NEI, que este

146 regimento após ser concluído pelo grupo de trabalho, foi encaminhado à Coordenação
147 Jurídica da Secretaria da Saúde, para que o avaliasse. Faz a leitura da resposta da
148 Assessoria Jurídica a qual está anexada à esta Ata. Lê então o Sr. NEI a proposta de
149 Regimento, ressaltando os pontos onde houveram alterações em relação ao Regimento
150 anterior, de 1999. Uma ressalva importante, feita pelo Sr. Coordenador é no Capítulo VI,
151 Artigo 5, onde havia proposta de se alterar a composição de 6 membros para 8, mas não é
152 possível pois o Regimento Interno do Conselho não permite. Abre então o Sr. NEI para a
153 Plenária. O Conselheiro HUMBERTO pergunta se aparece alguma coisa que diga que
154 qualquer membro da Comissão de Fiscalização não terá compensação financeira, em
155 nenhum sentido, mesmo aqueles que forem chamados, pois poderá alguém, um dia, dizer
156 que fez parte da Comissão e reivindicar alguma coisa. Se não aparece, seria melhor
157 começar a inserir. O Sr. NEI questiona a Plenária se esta concorda que se acrescente que
158 "os membros da comissão de fiscalização não receberão nenhuma compensação financeira"
159 O Conselheiro JAIRO TESSARI diz ter dois questionamentos. O primeiro, diz concordar que
160 os Membros da Comissão devam ser Conselheiros, mas gostaria que deixássemos em
161 aberto que em alguma situação, alguém, não Conselheiro, possa integrar esta Comissão.
162 Lhe é lembrado que está previsto que poderá a Comissão chamar alguém de fora do
163 Conselho. A segunda, diz o JAIRO, que não entende que o suplente deva estar presente
164 sempre, pois um segmento, como o nosso, o meu, o do POSSOBON, não possui muitos
165 representantes. Ao contrário dos trabalhadores, por exemplo. O HUMBERTO lhe responde
166 no sentido de entender que está exigência da presença do suplente é mais no sentido de
167 valorizar a sua participação e mesmo fazer com que ele fique inteirado dos assuntos
168 tratados. Sugere o HUMBERTO que apareça na redação como recomendação e não
169 obrigatoriedade. Então o Artigo VIII, parágrafo único, onde diz, também deverão estar
170 presentes, substitui-se por "recomenda-se que estejam presentes" O Sr. LABATUT se
171 manifesta, solicitando que estes componentes da Comissão sejam preparados, capacitados
172 e orientados, para exercerem esta tarefa, para evitar, por exemplo, aqueles problemas
173 havidos no PAM 3 no ano passado. O Coordenador NEI CARVALHO coloca em votação o
174 REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, com as alterações sugeridas.
175 A Plenária vota, sendo 32 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Diz o
176 Sr. NEI que o Regimento Interno da Comissão de Saúde do Trabalhador ficará para uma
177 próxima plenária. Continuando a pauta o Coordenador diz que a 90 dias atrás ficou
178 estabelecido que a Dra. CARLA BICA e a Dra. MARIA PAZ retornariam a este Conselho,
179 apresentando uma proposta que substituiria o CAPS/AD, fechado. E é o que irão fazer
180 agora. O Sr. Nei esclarece que o Projeto desta nova gestão para Saúde Mental está sendo
181 debatido, junto com a Comissão de Saúde Mental deste Conselho. O que será apresentado
182 agora é o retorno sobre o CAPS/AD. Diz então a Dra. CARLA BICA, que insistiu para estar
183 aqui hoje, pois havia se comprometido em 17.02.2005 de apresentar em 90 dias uma
184 proposta para o CAPS/AD. Então, a partir da semana que vem, teremos a abertura do
185 Ambulatório, que será no HOSPITAL ESPÍRITA. Porque? O Hospital está fazendo reformas,
186 que agora estão prontas. Está colocando 30 leitos no Hospital-Dia, que serão reguladas.
187 Junto com ele estaremos abrindo o Ambulatório para dependentes químicos. Estamos
188 começando pelo Hospital Espírita pois não temos uma equipe formalizada da própria
189 Secretaria da Saúde. Confirma também a Dra. CARLA que sobre Saúde Mental,
190 especificamente, está sendo rediscutido um Projeto, junto com a Comissão de Saúde
191 Mental. Abre-se então para perguntas. A Conselheira MARIA ENCARNACION questiona
192 sobre as dificuldades que os pacientes irão encontrar para deslocamentos, pois no caso de
193 sua região irão gastar 4 passagens. A Conselheira ZILDA MARTINS gostaria que lhe
194 esclarecesse sobre a proposta do Hospital-Dia e a proposta da Reforma Psiquiátrica. A outra

195 questão , para ela, é a Terceirização, que no caso, este serviço seria uma obrigação do
196 Gestor Público. Diz que para ela há uma contradição neste caso, pois a Reforma
197 Psiquiátrica propõe uma redução de leitos e, no caso, não estaria acontecendo. Fala a
198 Conselheira VERA PASIN, dizendo concordar com a ZILDA. Diz que temos que saber qual é
199 a lógica que o município de Porto Alegre quer dar para a questão da Saúde Mental. Em
200 segundo lugar, diz que não saber se a Dra. CARLA está inserida na Gestão, mas na fala do
201 Secretário, Dr. Pedro Gus, no Boletim do Conselho, este diz que o Sistema CAPS deve ser
202 encarado como instituição complementar, dentro da Saúde Mental e não como centro. Com
203 isso fala exatamente contra o modelo que está preconizado pela Lei de Reforma
204 Psiquiátrica, tanto no Estado como no País. Esta discussão tem aparecido na mídia de uma
205 forma muito distorcida, tentando colocar a população contra a idéia de modelo de atenção
206 aberta, tentando voltar para a lógica do atendimento do hospital manicomial. Eu acredito que
207 isto agente tem que discutir de uma maneira muito séria e não como mero informe.
208 Responde então, a Dra. CARLA dizendo que estão sendo providenciadas passagens, que
209 serão fornecidas aos pacientes que forem utilizar o Hospital-Dia. Caso necessite estar junto
210 com acompanhante, este também receberá. Hospital-Dia não é internação. O Hospital
211 Espírita é o único que cumpriu as metas do Ministério sobre redução de leitos. Os leitos que
212 estão sendo abertos não são para internação. O Hospital Espírita está com saldo positivo,
213 por isso pode disponibilizar estes leitos. Fala o HUMBERTO, e volta a dizer que uma
214 decisão deste Conselho não foi respeitada, no momento em que se fechou o CAPS/AD. Se
215 a equipe se desfez , ora se tivesse mantido esta equipe, estaria lá trabalhando. Tinha
216 atendido 40 e tantas pessoas. Eu entendo que o Conselho é o lugar onde tudo tenha que
217 passar. Ora, se tem um contrato fechado com o
218 Espírita e não sei se lá é o lugar ideal. Talvez porque não tenha uma burguesia por perto.
219 Isso me lembra quando foi feita o Planetário. O pessoal não queria porque ficava feio aquilo
220 ali. Quero dizer que eu me atrapalho, pela maneira que as coisas acontecem. Fala a Dra.
221 MARIA PAZ, como Coordenadora da Saúde Mental, diz que todos os serviços vão sim ser
222 regularizados. Os serviços serão avaliados e com isso teremos a efetividade e a
223 resolubilidade destes serviços. Para isso precisamos de equipe que possa resolver estes
224 problemas da população. A outra questão é sobre os gastos que são feitos em Saúde
225 Mental por esta Secretaria. As compras de leitos em lugares, que ai sim a gente tem que ver
226 quem está mantendo. Se são Clínicas privadas ou se temos que instrumentalizar e ampliar a
227 nossa rede. Fala o Sr. RAUL MARTINS, que pensa que o HUMBERTO tem razão em
228 algumas coisas, mas lamentavelmente quando a gente está sofrendo pressão das ações
229 judiciais, que nos levam a comprar leitos, obrigatoriamente em hospitais privados, na tabela
230 daquele hospital. Em hospitais de Porto Alegre temos 11 leitos para psiquiatria infantil. Isso é
231 um crime. E temos todos os dias uma Ordem Judicial, mandando internar a custos do
232 hospital privado. Isso sim compromete os serviços públicos. E quando a gente forma uma
233 parceria com a compra de serviço com hospital sério, comprometido com o SUS, que tem
234 dentro da Reforma Psiquiátrica preconizado o Hospital-Dia e está oferecendo 30 leitos a
235 mais do que estava. Nós não atropelamos o Conselho e este era o nosso compromisso em
236 90 dias. Quando nós fomos criticados, a vez passada, porque trouxemos o Projeto Inverno
237 incompleto, estamos sendo agora por estar cumprindo o prometido em fevereiro. Acha que a
238 gente tem que ser coerente. O Projeto da Saúde Mental não veio para cá ainda porque a
239 Comissão de Saúde Mental deste Conselho não sinalizou com esta possibilidade. O
240 Coordenador NEI diz que falará com o Dr. HANS para que dê retorno a esta Plenária, para
241 que se tenha a idéia de como está o Projeto. Sobre os gastos com o Hospital Espírita, o que
242 está sendo pago são as AIHs, como qualquer serviço, que será muito mais barato que as
243 internações via judicial. Parte então o Coordenador para a última parte da Pauta, que são os

244 informes. Alerta a hora e pretende que em 10 min, pois são 21:30 hs, se encaminhe o que
245 temos. Lembra ele que as discussões sobre o PAM3, conforme decisão desta Plenária,
246 serão feitas no Conselho Distrital. Sobre o Convênio GHC-PMPA, referente contratação de
247 Agentes Comunitários e municipalização da Saúde Comunitária, iremos pautar para breve
248 nesta Plenária. Iniciam os informes, com a Sra. IZABEL FIGUEIREDO, que vem ao
249 Conselho para reclamar pois conseguiram levar o Ônibus de Inclusão Digital dos Irmãos
250 Maristas para a sua comunidade, que ficaria lá por 40 dias, mas que viu dificultada a
251 parceria com a Secretaria, pois não conseguiu a liberação ou empréstimo eventual do
252 banheiro, de um bico de luz e apenas o número de telefone do PSF Milta Rodrigues, como
253 referência para a CRT e que não gastaria nada. Diz que a Coordenadora do PSF se mostrou
254 interessada. A Gerência viu dificuldades. Falou com a MARIA ENCARNACION, para ajudar.
255 Disse que se mobilizou, falando com diversas pessoas e lhe teriam dito que o Dr. MARINON
256 PORTO estaria fazendo correspondência para toda a Rede não autorizando tal parceria. O
257 Sr. RAUL MARTINS se manifesta dizendo que ela não irá perder a oportunidade e terá apoio
258 da Secretaria. Fala a Sra. NEIVA BERNI, representando a Associação Brasileira de
259 Enfermeiras Obstetras e Neonatal e Professora no Curso de Especialização em
260 Enfermagem Obstétrica da UFRGS e Unisinos. Diz manifestar publicamente o apoio ao
261 Hospital Conceição, que neste momento vem sendo atacado diariamente pelo Sindicato
262 Médico do RS, através de propaganda de ética duvidosa. A contribuição que o Conceição
263 presta para a formação de Enfermeiras Obstetras, que é uma profissão respaldada por Lei
264 Federal é muito importante. O próprio Ministério da Saúde financiou, desde 1999, 111 cursos
265 de especialização em Enfermagem Obstétrica, nas principais Universidades do Brasil e tem
266 viabilizado a atuação destas Enfermeiras junto ao SUS porque conhece o preparo técnico-
267 científico destes profissionais e seu compromisso com a assistência humanizada.
268 Finalmente queremos nos solidarizar com as Enfermeiras Obstetras do Hospital Conceição,
269 também professoras da Unisinos e suas alunas, que vêm prestando assistência ao parto e
270 aos nascimentos naquele Hospital. Obrigado. Fala o Conselheiro DEOCLIDES. Diz
271 representar a Saúde do Partenon a quase 30 anos e ser Conselheiro aqui a 16 anos.
272 Gostaria que o Secretário PEDRO GUSS se fizesse presente na próxima Plenária pois
273 ontem eu estive na Comissão de Saúde da Assembléia e tive a informação de que a
274 Prefeitura está municipalizando Centro de Saúde Murialdo. Nós, como conselheiros do
275 Partenon, não temos esta informação. Para nós, se é verdadeira a informação, estamos
276 sendo desrespeitados. Já discutimos 15 vezes, não 15 dias, esta história de
277 municipalização. Queríamos então que o Secretário viesse aqui e nos esclarecesse. A
278 Conselheira IONE NICHELE se pronuncia, dizendo estar ali pelo Fórum da Saúde
279 Comunitária do GHC, o qual discute todos os problemas daquela Rede. Diz que estão
280 encaminhando ao Ministério Público o assunto da municipalização, mas que na verdade o
281 que mais quer fazer é valer o que é decidido por este Conselho Municipal. Se discutiu, se
282 construiu, não se inventou nada de novo. Por exemplo, na Terceira Conferência Municipal
283 de Saúde se decidiu que se faria fechamento de área, para melhor atendimento de
284 Programas, distribuição de medicamentos de forma adequada às necessidades, etc... Na
285 Quarta Conferência de Medicamentos se garantiu os medicamentos nas Unidades. Então
286 foram muitas lutas para melhorar a qualidade de vida de toda população. Agora a gente não
287 sabe porque os medicamentos não estão chegando lá nas Unidades Básicas do GHC. Este
288 diz uma coisa o Gestor Municipal diz outra. Nós não conseguimos saber onde está o
289 impasse. Fizemos uma reunião com 60 pessoas e se decidiu que iremos ao Ministério
290 Público, pois são três regiões, a nossa, a leste e a eixo, que de certa forma estão vivendo um
291 impasse pela indefinição desta questão dos medicamentos e também da municipalização.
292 Nossa preocupação é enfim verem as coisas debatidas, discutidas neste Conselho serem

293 cumpridas, mas que depois não é isso que acontece. Fala agora a Enfermeira SILVIA
294 CASAGRANDE, representante do Sindicato dos Enfermeiros. Primeiro lembra ela a
295 passagem do Dia do Enfermeiro em 12 de maio e que amanhã será comemorado o Dia do
296 Técnico em Enfermagem. Trago em nome do Sindicato a preocupação, como bem já colocou
297 a colega NEIVA. Primeiro trago um esclarecimento e após uma denúncia. O esclarecimento
298 é sobre os partos, que os Enfermeiros, sim estão fazendo e podem fazê-lo. Como a
299 professora NEIVA colocou, isto está em Lei. Mas a nossa preocupação maior é saber
300 porque o Sindicato Médico denuncia uma coisa que está em Lei e eles mesmo estão
301 reconhecendo. Isto é regulamentado. E porque em um Hospital que é 100% SUS, pois lá se
302 trabalha em Equipe Multidisciplinar. Porque que nos Hospitais particulares, onde o médico
303 não se encontra. Tem hospital privado em Porto Alegre que não tem plantonista. Porque isto
304 não é denunciado? Este é o esclarecimento. A nossa denúncia e preocupação é em relação
305 ao Protocolo dos Enfermeiros do município de Porto Alegre. O Protocolo foi discutido,
306 construído pelo Sindicato dos Enfermeiros, pelos trabalhadores, pelo Gestor anterior e
307 aprovado neste Conselho. A nossa preocupação é que o que foi aprovado aqui não vale
308 mais. A fala anterior, da IONE, foi muito clara. O Sindicato dos Enfermeiros do RS solicita
309 que isto seja pautado na próxima reunião, pois os Enfermeiros da Rede do município de
310 Porto Alegre estão sendo coagidos, intimidados. Está sendo muito constrangedor trabalhar
311 no município de POA. Isto tem que ser ponto de Pauta. Conselheiro Possobon, faz convite
312 para Seminário em Acreditação em Serviços de Saúde que será realizado dias 3 e 4 no
313 Hotel Embaixador, é gratuito. Fala a Conselheira, Dra. ANA MOREIRA. Diz ter duas
314 colocações a fazer. Uma em relação ao parto realizado pelas enfermeiras, no Conceição e
315 que realmente tem na Lei, que são inclusive pagos pelo SUS, que é o mesmo de um
316 médico. Até ai tudo bem. O que nos defendemos é o direito de que o paciente do SUS
317 conheça quem o está atendendo. Para que a paciente, que tem a alternativa de dois
318 profissionais preparados para lhe atender, saiba que profissional vai fazer seu parto. Sobre a
319 nossa publicação ao público externo, que estaria sendo agressiva, o que temos a dizer é
320 que ninguém sabia que estavam sendo feitos partos por Enfermeiros no Conceição. Não era
321 de conhecimento de nosso Sindicato. O Conselho está fazendo a sua investigação. Isto tudo
322 é em defesa da comunidade, pois a pessoa tem que saber quem escolher, se tem duas
323 alternativas para lhe fazer o parto. A mulher gaúcha tem que ter direito de escolha e isto
324 precisa ser dito. Sobre Protocolo, eu estive analisando, se é o mesmo que ainda está em
325 andamento, tem um pequeno detalhe técnico, que gostaria que se revisasse, que é o
326 tratamento da amidalite com Benzetacil, que se foi erro de cola tem que acertar. Está ali
327 escrito, Benzetacil 60.000 um para crianças ... É um erro muito grande e teria que ser
328 corrigido. Fala o Sr. RAUL MARTINS, que cumprimenta os Enfermeiros e os Técnicos de
329 Enfermagem. Diz que todos os Profissionais de Saúde são extremamente importantes para
330 a nossa população, sejam quais forem. As vezes a gente se exaspera em discussões
331 extremamente importantes de categorias profissionais distintas. A nossa atenção à saúde da
332 população tem que estar acima disso. A única pessoa que não pode ser atingida por isso é
333 aquela de nossa população mais carente, e mais necessitada desta atenção, destes
334 profissionais tão qualificados. Por isso parabéns por estas lutas e que estas lutas sejam
335 mantidas num nível que tem sido mantida, não de enfrentamento, numa guerra constante,
336 pois isso não constrói. Queria chamar a atenção de vocês sobre a questão do Murialdo.
337 Represento aqui no momento o Secretário da Saúde, que não falou em municipalização. Se
338 qualquer um membro da Comissão de Saúde da Assembléia falou isso, nós não temos
339 responsabilidade sobre isso. Nosso compromisso com o pessoal do Partenon, e a ZILDA
340 sabe disso, é que quando isso for levado a discussão, e vai ser, será via Conselho Distrital
341 de Saúde. Será lá o nosso fórum de discussão. Para a IONE, nós estamos estabelecendo

342 uma mesa de discussão com o GHC, sobre problemas de medicamentos. Nós temos
343 problemas sim com o relacionamento com o GHC que era tratado de forma absolutamente
344 diferente do que eram as Unidades do Murialdo e que nós queremos que sejam tratados nas
345 mesmas cotas e na mesma equação do que eram tratadas as Unidades do Murialdo. Não
346 queremos em hipótese alguma desassistir a população de lá. Insulina, para esclarecer, é de
347 responsabilidade do Gestor federal e que não a tem mandado regularmente. Se vem 55.000
348 mil frascos, a necessidade é 150.000 mil. Queria considerar a fala da SILVIA, e vou
349 considerar isso como fruto do entusiasmo, de que os Enfermeiros estão sendo coagidos em
350 Porto Alegre. Isto é uma fala muito forte e muito importante. Este Gestor não concorda com
351 esta postura, não admite esta postura e se de alguma forma isto está acontecendo eu
352 gostaria que o Sindicato e o Conselho Regional de Enfermagem fizesse por escrito, com
353 nome, endereço, telefone e assinasse, porque nós não aceitamos nem um tipo de coação,
354 seja de Enfermeiro, Médico, etc...Esta é uma denúncia de uma gravidade muito grande que
355 eu gostaria que chegasse muito rapidamente a minhas mãos, porque nós vamos investigar.
356 Isso não é admissível, assim como não é admissível algumas coisas que tem acontecido em
357 algumas Unidades nossas e que nós temos feito um enfrentamento pontual. Temos aqueles
358 que tem sua situação funcional absolutamente irregular. Estou falando aqui daqueles
359 trabalhadores que tem RDE e que não cumprem sequer sua carga horária mínima no
360 trabalho. Que recebem muito dinheiro do município, fruto do recolhimento de impostos, para
361 não trabalhar. A Enfermeira SILVIA CASAGRANDE diz que tem se estabelecido uma
362 relação muito tranqüila com o Secretário da Saúde, pois é uma pessoa que nos colocou a
363 palavra dele. Agora não é o que está acontecendo com sua Gerência. O Sr. RAUL lhe diz
364 que tem que dar nomes, pois quando fala Gerência, pode estar atingindo pessoas que estão
365 aqui, agora. Isso é leviano. Diz a SILVIA que isto não é leviano. Continua ela, dizendo que
366 uma questão colocada pelo Sr. é da RDE. Os enfermeiros têm a tranqüilidade de assinar
367 aquele documento e vão assinar porque eles cumprem sua carga horária. Não é para os
368 Enfermeiros que o Sr. está falando. Confirma o Sr. RAUL, que não é para os Enfermeiros
369 que está falando. Finalmente o Coordenador NEI solicita ao Gestor, de quando é possível,
370 qual é o prazo, para podermos discutir aqui esta questão dos medicamentos e GHC.
371 Responde o Sr. RAUL que no momento não tem como dizer nada pois depende mais de
372 uma resposta do GHC. Fala da Dra. LIZIA, diz que como Gerente Distrital, ouviu uma
373 acusação grave aqui e gostaria que fosse nominado a Gerência que está coagindo os
374 Enfermeiros, pois eu sou funcionária pública municipal e se acontece isso comigo posso ser
375 punida, se for comprovado. Quero lembrar a todos que cada Gerência tem um responsável
376 técnico de enfermagem. Gostaria que antes de fazer esta acusação grave, que se ouvisse
377 os responsáveis técnicos que estão presentes em todas as reuniões de Gerências e sabem
378 exatamente a orientação que está sendo dada. Gostaria que as pessoas que estão fazendo
379 a acusação, que antes de formalizar, conversassem com os responsáveis técnicos, que são
380 Enfermeiros. É a segunda vez que vem acusação inominada. Primeiro foi Gerente proibindo
381 os trabalhadores de participarem das reuniões do Controle Social. Agora um Gerente está
382 sendo acusado de coagir Enfermeiros. Este Conselho tem o dever de apurar o que está
383 acontecendo. A SILVIA CASAGRANDE, diz que está falando em nome do Sindicato dos
384 Enfermeiros, não em nome dela. Nada mais havendo a tratarmos, o Coordenador encerra a
385 Plenária as 22:05 e é lavrada a presente Ata, por min Secretário deste encontro.

386

387 NEI CARVALHO
388 Coordenador CMS

OSCAR PANIZ
Secretário

389

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 07/07/2005.